



A ERA DESENVOLVIMENTISTA E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS A PARTIR DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

Carlos Alberto Francisco de Sousa

Pós-Graduando em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais pelo CCSEH/Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO)

Marcelo Jose Moreira

Docente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, CCSEH/Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO)

PALAVRAS - CHAVE: Instituições. Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimentismo

INTRODUÇÃO

As instituições tem sido objeto de estudo de várias escolas econômicas, sejam estes mais recentes (Novo Institucionalismo Econômico) ou mais antigos (O Velho Institucionalismo Econômico). O estudo das instituições é considerado de suma importância para compreender o desenvolvimento econômico, seja nos países desenvolvidos ou nos países em desenvolvimento. A análise do pensamento institucionalista torna-se vital para mensurar o peso que as instituições tem dentro do sistema econômico, e sua função para o desenvolvimento econômico da nação.

Este artigo tem como objetivo demonstrar como as instituições influenciam o desenvolvimento econômico. Em específico, foi uma tentativa de demonstrar que as instituições influenciam o desenvolvimento da nação e por consequência contribuem para a promoção do bem estar social da sua população.

Para satisfazer esses objetivos, este trabalho discute conceitos importantes no que tange a análise institucional, como, o conceito de instituição e a maneira como essa forma um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento econômico. Posteriormente insere o Brasil na discussão pontuando algumas instituições que possam ter contribuído para o desenvolvimento econômico do país. E por fim, são apresentadas as considerações finais.

MATERIAL E MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa explicativa e descritiva para identificar os fatores que determinam o papel das instituições no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o método

histórico-institucional é o mais adequado, já que ele leva em consideração as relações institucionais ao longo da história.

RESULTADOS

Em Veblen o conceito de instituições pode ser compreendido como um conjunto de valores, normas e leis enraizados na sociedade e sua evolução no curso da história. Assim o presente forma o futuro e a visão de mundo dos homens, fortalece ou transforma seus pontos de vista. Nota-se, portanto, o caráter evolucionário e histórico da abordagem de Veblen (CONCEIÇÃO, 2002).

Hodgson (2005) segue o conceito de instituição apresentado por North (1990), entretanto vai além, considera que instituições são sistemas de regras, mas vê a necessidade de definir o que são regras. Segundo ele as regras decretadas e escritas têm pouco efeito, afinal muitas regras são ignoradas por habitantes tanto de países desenvolvidos quanto de países subdesenvolvidos. O importante para se considerar, segundo o autor, são sistemas de regras que são responsáveis por determinar a forma da interação humana. Assim, Hodgson (2005. p. 86) chega ao seguinte conceito: “*Institutions are durable systems of established and embedded social rules that structure social interactions. In short, institutions are social rule-systems.*”

Nesse sentido instituições incluem convenções, normas legais e formais, além de linguagem, medidas, sistemas de peso, direito, empresas, educação e normas de trânsito. Além disso, segundo Searle (1995), citado por Hodgson (2005), instituições são representações mentais, pois essa só pode existir se as pessoas tem relacionadas a elas crenças e atitudes mentais.

Pela natureza incerta e irracional do sistema econômico, as instituições têm como função coordenar os recursos disponíveis de forma a fomentar o bem-estar social, reduzindo os conflitos inerentes a sociedade capitalista, é com o objetivo de reduzir os desperdícios nas atividades econômicas que as sociedades inventam leis, estas leis são as instituições (FIANI, 2011).

O desenvolvimentismo tem suas origens no período de 1930 a 1945, pode-se apontar como fatores que explicam o surgimento da ideologia desenvolvimentista: o impacto interno da crise econômica internacional e a centralização política nacional depois da revolução de 1930 (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para garantir a manutenção do sistema capitalista era necessário reformular a economia política com instrumentos capazes de garantir a acumulação de capital, perante suas contradições. Surge então, dentro da própria economia política burguesa, um novo pensamento com o objetivo de superar a ineficiência do liberalismo econômico, o principal instrumento apresentado é o aumento a intervenção do Estado na economia.

Keynes defendia a intervenção do Estado e, segundo ele, as forças do mercado se deixadas a si mesmas não proporcionariam alocação ótima de recursos, o efeito poderia ser o inverso causando capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Portanto, o Estado deveria intervir de forma decidida na economia, e essa intervenção deveria ocorrer não apenas como regulador e administrador, mas também como agente direto da produção, através do aumento do investimento (MANTEGA, 1991).

No Brasil este embate teórico acontece nos anos de 1930 e se intensifica em 1940, de um lado tem-se Roberto Simonsen que defendia os preceitos intervencionistas, representava o grupo que queria a modernização da economia brasileira, este forneceu o esboço de um novo projeto de desenvolvimento baseado na industrialização, que pregava a proteção da indústria nascente por meio de uma forte intervenção do Estado. De outro lado tem-se Eugênio Gudin, diretor de empresas estrangeiras que defendia o liberalismo (MANTEGA, 1991).

Entretanto existe um dualismo importante ao estudar o desenvolvimentismo, pois este aparece tanto como um conceito na esfera do pensamento, quanto para definir práticas históricas de diversos países, e estão associadas ao que ficou conhecido como Estado desenvolvimentista. Segundo Fonseca, o termo desenvolvimentismo já era utilizado na década de 1950 em larga escala no Brasil, inclusive Celso Furtado utiliza o termo em algumas de suas obras, entretanto em Furtado tal termo não aparece com muita frequência (FONSECA, 2013).

Apesar de ter sido pouco utilizado pelos teóricos do desenvolvimentismo cepalino, o termo é bastante difundo em 1970, principalmente por Bielschowsky, que foi o formulador mais preciso do conceito de desenvolvimentismo. Segundo Bielschowsky (1988), citado por Fonseca (2013), o desenvolvimentismo é a ideologia da transformação brasileira pautada na industrialização como principal forma de superação do subdesenvolvimento brasileiro, a negação da auto regulação do mercado, e o Estado tem por função planejar e interferir na economia, seja orientando ou promovendo investimentos. Bielschowsky conceitua



desenvolvimentismo como ideologia, fato que pode ser explicado pelo seu objeto de estudo que seria o pensamento econômico brasileiro (FONSECA, 2013).

Já Hirschman (1961) trata o desenvolvimentismo como uma ação tomada pelo órgão coordenador – o Estado – no sentido de fazer eclodir os recursos escassos na economia subdesenvolvida, nesse sentido, o planejamento é crucial para tomar tais ações. O que fica claro quando formula sua teoria sobre o efeito completivo do investimento, que é um processo capaz de compensar as dificuldades encontradas pelos países subdesenvolvidos. Esse efeito é o responsável por causar ao investimento mais investimento. Este efeito é essencial para que novas energias sejam canalizadas para o processo de desenvolvimento, e assim poder desfazer o círculo vicioso que atrapalha o desenvolvimento das economias atrasadas. A ação desenvolvimentista tem que ter por objetivo primário dar o máximo de desempenho para este efeito.

O desenvolvimentismo brasileiro: a criação de instituições para o desenvolvimento nacional

A economia brasileira foi fundamentalmente influenciada pelo desenvolvimentismo, e também todo pensamento econômico latino-americano. Originário da corrente keynesiana, o desenvolvimentismo foi o principal pensamento econômico nos anos de 1940 e 1950, e foi a principal arma na luta para a industrialização das economias agroexportadoras (MANTEGA, 1991)

Mantega (1991, p. 23) aponta que,

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina, era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional.

As medidas tomadas pelo Estado brasileiro pós-30 vão além dos interesses dos grupos tradicionais da nossa economia, apesar do Estado ainda estar ligado a esses velhos grupos dominantes. Assim, a ideia da industrialização como meio de se alcançar o desenvolvimento foi ganhando força no pensamento e na política da época. As mudanças do Estado no pós-30 tem como marca a destruição das regras do jogo que tendiam a inclinar a economia brasileira para as atividades agrário-exportadoras, também propiciou a criação das condições



institucionais para o aumento das atividades ligadas ao mercado interno. Ou seja, tentava-se introduzir uma nova maneira de acumular que se baseia na crescente produção interna (MENDONÇA, 1986).

As mudanças político-institucionais propiciadas pelo Estado Novo, com a multiplicação de agências, institutos, conselhos e autarquias propiciaram uma maior participação política. O que aumentava a capacidade de gestão de conflitos entre os setores sociais. No entanto, ao mesmo tempo em que o aumento de órgãos burocráticos aumentava a área de influência para diversas classes, percebia-se que o Estado era o agente com diversas instâncias decisórias. A burguesia industrial fez importantes intervenções em órgãos do governo, principalmente no CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) e o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças). Portanto, utilizando destes instrumentos que a burguesia industrial brasileira conseguiu formular um perfil de afirmação dos seus interesses (MENDONÇA, 1986).

Com a queda do Estado Novo, a economia brasileira é alvo de pressões internacionais no sentido de implantar políticas neoliberais, ou seja, o fim do intervencionismo do Estado. Política completamente contrária a que o Brasil estava seguindo. Contudo havia uma forte pressão contra os modelos de desenvolvimento do tipo nacionalista, que tinham como características forte intervenção estatal (MENDONÇA, 1986).

Se durante as décadas de 1940 e 1950 o discurso era intervencionista, após 1955 passa-se a ter um discurso liberal com a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro. Entretanto, ambos os discursos eram denominados nacionalistas, só que cada um com contornos

A partir de 1964, começa o que Bielschowsky nomeou de “o ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”, que seria a segunda fase da era desenvolvimentista. Ao que se refere a esse período, Bielschowsky e Mussi (2005, p. 21) pontuam alguns elementos;

O primeiro é o reconhecimento de que os governos do regime iniciado em 1964 praticaram uma política econômica radicalmente desenvolvimentista até 1980, buscando a continuidade da formação de uma ampla e integrada economia industrial por meio de planejamento e forte intervenção estatal.

Bresser-Pereira (2006) chama atenção que a partir dos anos de 1970 a estratégia nacional de desenvolvimentismo, passa a recorrer a empréstimos externos e a investimentos diretos externos, mas ao mesmo tempo continua com o protecionismo.

A corrente governista foi responsável por criar uma série de instituições que contribuíram para levar as últimas consequências à política de industrialização, assim pode-se levar em consideração dois conjuntos de textos: os seis planos de governo, composto por: PAEG, Decenal, PED, Metas e Bases, PND I e PND II, e os textos de Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen, escritos entre 1965 e 1975.

Em 1974, é criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) por meio de uma proposta de Mario Henrique Simonsen, na época Ministro da Fazenda. O Conselho tinha como função coordenar a política econômica do regime militar, portanto buscava superar a heterogeneidade política e organizacional do Estado, por meio de uma centralização. Entretanto, essa medida entrava em choque com os interesses da burguesia nacional que procuravam se relacionar com as agências do Estado, e delas conseguirem benefícios quase sempre incoerentes (BRESSER-PEREIRA, 2008).

A resignificação das instituições brasileiras

A partir de 1980 os países endividados se dedicaram ao ajuste fiscal, a liberalizar o comércio, a privatizar e a desregulamentar. Apesar das melhoras, os países não voltaram a crescer, assim o pressuposto neoliberal da mínima presença do Estado, que teria a função de garantir apenas os direitos de propriedade e o cumprimento dos contratos, provou ser irreal. O Brasil seguiu essa tendência, o governo de Fernando Henrique Cardoso se dedicaria a reforma da administração pública, embora essa não tenha aparecido na campanha em 1994 (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Nesse período, no Brasil, inicia-se a era da instabilidade macroeconômica inibidora que parou o crescimento econômico brasileiro, e tirou o foco da discussão econômica sobre o desenvolvimento. Entretanto, a produção intelectual sobre o desenvolvimento permaneceu, mas a influência desenvolvimentista diminuiu se comparado as décadas anteriores. O período de 1980-2005 foi dominado predominantemente pelas questões das restrições macroeconômicas, que dominaram as produções acadêmicas sobre economia (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

Segundo Bresser-Pereira (1997) após a crise de 1980, a década de 1990 representa a construção de um novo Estado. Um Estado que será capaz de executar as funções que o mercado não é capaz de desempenhar. Estado que tenha uma burocracia qualificada que preste contas aos políticos, e estes prestem contas aos cidadãos. Para isso seria necessário algumas mudanças essenciais, que são:



a reforma política, que dê maior legitimidade aos governos; ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação, que reduzem o tamanho do Estado e recuperem a sua saúde financeira; e uma reforma administrativa que, combinada com a financeira, dote o Estado de meios para alcançar uma boa governança (BRESSER-PEREIRA, 1997. p. 36).

De acordo com Bielschowsky e Mussi (2005. p. 53) surge dois elementos novos nesse período, “primeiro, ampliou-se a presença da ideia de que seria necessário conjugar políticas de supressão da inércia com políticas de controle monetário e fiscal”, segundo assinalou como problema básico a excessiva liquidez da dívida interna, o que reforçava a discussão sobre o déficit público. Essas características influenciaram diretamente o Plano Collor, com o fracasso do plano ficou evidente a necessidade de aperfeiçoar o diagnóstico.

Em 1994, é lançado o Plano Real, que utilizando a proposta de Pêrsio Árida e Lara Rezende da superindexação, proposta 10 anos antes pelos autores, agora com a URV no lugar da ORTN, era consenso que a economia brasileira deveria alcançar a estabilidade, o debate residia na forma como o Brasil deveria alcançar esta estabilidade, principalmente na maneira de usar a âncora cambial e os seus efeitos em outras variáveis. Com a crise externa de México, Ásia e Rússia as críticas sobre a âncora cambial se acentuou, com a crise no final dos anos de 1998, e a adoção do câmbio flexível, o foco de discussão deixa de ser a cambial e passa a ser a fiscal.

Enfim, conforme Bielschowsky e Mussi (2005. p. 55), a hegemonia desenvolvimentista foi dissolvida na década de 1980. E começou a tomar lugar políticas de liberalização econômica. Entretanto a ideologia neoliberal não chegou a ser hegemônica no Brasil.

A própria história econômica brasileira não teria dado trégua para que um projeto desse tipo se disseminasse a ponto de alcançar hegemonia: houve hiperinflação até 1994, a crise mexicana tumultuou a vida do Plano Real a poucos meses de seu lançamento e, menos de três anos depois, a frágil macroeconomia do câmbio valorizado foi atingida pela crise asiática.

Entretanto, com a liberalização, as instituições criadas e estruturadas durante a era desenvolvimentistas, que tinham como característica fundamental o Estado interventor, são colocadas à margem do processo de desenvolvimento, já que a visão predominante considerava que o Estado não deveria intervir na economia, e por consequência não deveria se preocupar com o desenvolvimento econômico nacional.



Com o acirramento dos limites políticos e econômicos dos orçamentos públicos, resultado de acordos internacionais entre executivos nacionais, que perdiam espaço na realização de manobras fiscais, e ainda a intensiva competição internacional e doméstica para desacreditar saídas coletivas para os problemas sociais e econômicos, fornecia assim apoio ideológico para as privatizações, desregulamentações e para uma predisposição para que a lógica dos mercados livremente competitivos fossem inseridos nos arranjos sociais e econômicos, isto tanto nas economias liberais quanto nas economias com mercado moderado (STREECK; THELEN, 2009).

Para Bresser-Pereira (2008) o que levou as privatizações das empresas, nos anos de 1990, foi a aceitação da ortodoxia de que os investimentos financiados fossem parte do déficit público, isso fez que as empresas ficassem economicamente inviáveis. Bresser-Pereira (2008) considera que tais privatizações foram em parte necessárias, entretanto foram além do limite ao privatizar serviços públicos monopolistas ou quase monopolistas.

Nesse sentido, os neoliberais se orientam por um movimento quase automático (esse “quase” se dá em função da reorientação do papel do Estado) dos mercados em detrimento do planejamento econômico de ordem estatal. Em função disso, os mercados se movimentariam em direção à eficiência das políticas adotadas, tornando o crescimento econômico um fenômeno natural (deslanchado e alcançado por meio das ações racionais dos agentes envolvidos).

O segundo grupo são os novos-desenvolvimentistas, onde destacam-se professores da Unicamp e da UFRJ. Ao contrário dos neoliberais, para os novos-desenvolvimentistas o Estado tem importante fundamental importância na economia, reconhecem a necessidade de planejamento para formular estratégias que atendam o anseio de manter o crescimento de acordo com as novas circunstâncias internas e internacionais. Defendem que atividades como a infraestrutura, os segmentos industriais e de tecnologia, a pesquisa científica, a atuação das pequenas e médias empresas, o mercado de financiamento de longo prazo, não podem ser deixadas a mercê do livre mercado.

As últimas duas décadas do século XX representaram um marco de ruptura político-institucional que, entre 1930 e 1980, sustentou o modo de pensar o desenvolvimento econômico. O enfoque neoliberal esteve bastante presente nessas duas últimas décadas do século XX (em debate com os desenvolvimentistas), esse enfoque só agora vem sendo substituído para a revalorização da ação estatal como requisito básico para o governo



conseguir enfrentar crises. Portanto a ênfase antes no mercado volta, novamente, para o Estado devido a impossibilidade de geração espontânea de crescimento (DINIZ, 2007).

Assim, segundo Boschi e Gaitán (2009), nesse momento de reafirmação do compromisso desenvolvimentista é necessário estabelecer o papel do Estado e das instituições no processo socioeconômico. Pois como aponta os autores,

não há possibilidade de crescimento e desenvolvimento sem um Estado forte. Só o Estado, ancorado em um projeto desenvolvimentista em função dos interesses particulares nacionais e regionais, pode-se constituir no regulador das assimetrias do mercado e garantidor das condições de inclusão social (BOSCHI; GAITÁN, 2009. p. 132).

A resignificação das instituições brasileiras para instituições com ideologia liberal, retira da população direitos básicos da população. Colocando em cheque a condições de sociais dessa população e minando de vez as chances de um estado de bem-estar social no Brasil.

Deste modo, tem-se a necessidade de resgate do Estado, no sentido de reestruturar a sua função dentro da economia. Além disso, é necessário que esse exerça papel estratégico para que se possa superar os fatores de atraso econômico. O Estado, através das diversas instituições que o compõe, aparece como ator capaz de suprimir as externalidades negativas (BOSCHI; GAITÁN, 2009).

CONCLUSÃO

Ao longo desse artigo tentamos demonstrar que as instituições influenciam sim o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, após uma breve introdução, a seção dois discutiu o conceito de instituições, colocando que instituições são sistemas de regras enraizadas que estruturam as interações sociais. As instituições têm por função aumentar a cooperação e diminuir o conflito, para que se possa alcançar o desenvolvimento econômico.

A seção dois aponta que com a crise econômico-financeira, é posto em xeque a hegemonia liberal. Surge então teorias que apontam a necessidade da intervenção estatal (principalmente a teoria keynesiana). Tem-se duas maneiras de encarar o desenvolvimentismo: primeiro enquanto ideologia, ou seja, um pensamento defendido por um grupo de economistas que aponta como deve ser encarada a questão do desenvolvimentismo em uma economia subdesenvolvida (visão de Bielschowsky). Segundo, o



desenvolvimentismo é encarado como uma ação, que deve ser tomada pelo agente regulador, o Estado, no sentido de eclodir os recursos escassos nas economias subdesenvolvidas, assim torna-se importante a questão do planejamento e de uma estratégia desenvolvimentista (visão de Hirschman). A partir dos anos de 1980 começa a “era da instabilidade macroeconômica inibidora” caracterizada principalmente por um baixo crescimento econômico. O Estado desenvolvimentista perde força, devido ao colapso do Bretton Woods e o choque do petróleo. Nos anos de 1990, inicia-se um processo de liberalização da economia brasileira, acontece então uma ressignificação das instituições brasileiras.

Em síntese, as instituições importam ao processo de desenvolvimento, sendo elas a causa ou a consequência deste. A literatura do pensamento econômico sobre o papel das instituições no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento é recente e está imersa em um amplo debate que envolve várias abordagens e campos de pesquisa, relacionando, entre outras questões, o nível de bem estar social da nação às instituições adotadas por essas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR FILHO, H. A.; SILVA FILHO, E. B. A crítica novo-institucionalista ao pensamento da Cepal: a dimensão institucional e o papel da ideologia no desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 211-232, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a01v19n2.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- _____.; MUSSI, C. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Escritório da CEPAL no Brasil, Brasília, jul. 2005.
- BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Outra Volta no Parafuso Desenvolvimentista: Um Manifesto. **Insight Inteligência**, n. 45, pp. 130-145, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/45/PDFs/10.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Burocracia pública na construção do Brasil. **BRESSER-PEREIRA Website**, 127 p., jun. 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/Burocracia_Publica_construcao_Brasil.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- _____. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 203-230, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/102-3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- _____. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 24-38, jul./set. 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/67-3.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- CHANG, H. J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.



- CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./ dez. 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- DINIZ, E. O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: _____ (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007. p. 19-61, Cap. I.
- EVANS, P. **Autonomia e parceria**: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- FIANI, R. **Cooperação e conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Apresentação no seminário “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Brasileiro – Aspectos Econômicos”, **Anais eletrônicos**. Instituto de Economia da Unicamp entre os dias 16 e 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=183&view=finish&cid=257&catid=16&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HODGSON, G. **Institutions and economic development**: constraining, enabling and reconstituting. In: DYMSKI, G.; PAULA, S. Re-imagining growth towards a renewal of development theory. London: Zedbooks, 2005.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- STREECK, W.; THELEN, K. Institutional Change in Advanced Political Economies. In: **Debating Varieties of Capitalism** – a reader. Oxford University Press, 2009.